

Opinião

CBA

Conselho de
Presidente
Vice-PresidenteDiretor Edit
Diretor-Geral

Editorial

PÂNICO GLOBAL

Mais um ajuste nas rédeas da crise

O GOVERNO PODE TER ACERTADO no conteúdo, mas pareceu errar na fórmula ao anunciar as duas novas medidas, ambas tomadas por meio da edição de uma medida provisória, destinadas a evitar o rompimento dos diques nacionais diante da crise financeira. A primeira permite a compra das ações de instituições financeiras privadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A segunda medida gerou menos polêmica que a primeira: autoriza a Caixa a constituir uma empresa de participação acionária no mercado imobiliário.

No primeiro caso, pretende-se dar mais liquidez ao mercado. No segundo, permitir que o banco estatal compre ações de construtoras para garantir a manutenção da expansão do setor habitacional. Em ambos, especialmente na primeira medida, deu-se a senha para o mercado ingressar ainda mais na zona de incerteza e desconfiança. Não à toa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, precisou repetir insistentemente, durante todo o dia, que não há bancos em dificuldades.

O conteúdo, insista-se, pode ser acertado. Afinal, é bem-vinda qualquer ação que dê robustez ao país e, em particular, ao sistema financeiro — epicentro de qualquer cadeia propulsora de crises. Se hoje a blindagem pura e simples parece devaneio instalado na cabeça de ingênuos e desavisados, a redução dos pontos de fragilidade e/ou a criação de antídotos contra a contaminação da crise internacional são tarefas essenciais impostas ao governo brasileiro. Suas ações até aqui, especialmente aquelas adotadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, constituem avanços consideráveis nessa direção.

Mas passemos. Num ambiente de turbulência, insegurança e desconfiança como o atual, certas ações e discursos servem como um silogismo às avessas. O raciocínio que perseguiu a cabeça de muita gente no mercado ontem era de que, se não há banco quebrando, se o sistema financeiro está entre os mais sólidos do mundo (afirmações do ministro Guido

O socorro a bancos envolve a saúde econômica de um país

Mantega), não haveria razão, por si, para a edição de MPs diárias. Tampouco a que abre caminho para a estatização de instituições financeiras em dificuldades.

Precaução? Antecipação a uma eventual crise mais aguda a desembarcar em breve no país? É bem possível. As medidas, no entanto, permitem que os mercados, especuladores por natureza, embarquem num receio coletivo de que podem existir bancos em más condições, escondidos sob a superfície dos bons ventos que vêm guiando a economia brasileira até aqui. A segurança em relação ao nosso sistema, convém reconhecer, fundamenta-se no Acordo de Basileia, que estabelece critérios mais adequados aos riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras, fato que as tornam menos vulneráveis às quebraadeiras sucessivamente anunciadas no exterior.

Dotar o Banco do Brasil e a Caixa de “potencial para o futuro” seria o objetivo da medida, segundo o vice-presidente do Banco do Brasil, Aldo Luis Mendes. Mas que futuro seria esse, se o próprio Executivo garante que não há um prévio interesse do BB em outras instituições, a não ser a Nossa Caixa e o BRB (Banco de Brasília), cujas negociações já estavam em andamento? Esse questionamento povoou ontem a mente de economistas e especialistas. E em tempos de crise, repita-se, os fatos importam menos que as expectativas. Desconfianças, informa o exemplo internacional, tornam reais o que não às vezes não passa de palpíte. Eis a espiral formuladora das crises: a crença conduz aos fatos.

O governo brasileiro, contudo, faz o certo: age para restabelecer o crédito e a liquidez na economia. É o passo fundamental para reduzir as dores provocadas pela doença internacional.